

© Direitos de publicação reservados pela Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia HUCITEC Ltda.. Alameda Jaú, 404. CEP 01420. São Paulo. SP. Telefone: (011) 287-1825. Capa e diagramação de Claus Peter Bergner.

GE 000007788

REG — U.I.

BIBLIOTECA

RegP nº 6592
06/01/82

689

CIP-Brasil. Catalogação - na - Fonte
Câmara Brasileira do Livro, SP

K21 c
2.ed.

Kalecki, Michal, 1899-1970.

Crescimento e ciclo das economias capitalistas;
organização, introdução e tradução de Jorge Miglioli.
São Paulo, HUCITEC, 1977.

(Coleção economia e planejamento. Serie teoria
econômica)

1 . Capitalismo 2. Desenvolvimento econômico
3. Ciclos econômicos I. Título.

17. CDD-330.15
18. -330.122
17. e 18. -338.09
17. e 18. -338.54

77-1137

Índices para catálogo sistemático:

1. Ciclos econômicos 338.54 (17. e 18.)
2. Desenvolvimento econômico 338.09 (17. e 18.)
3. Economia capitalista 330.15 (17.) 330.122 (18.)

Palmanova, 600,00
01/10/81 183

O PROBLEMA DA DEMANDA EFETIVA EM TUGAN-BARANOVSKI E ROSA LUXEMBURGO

I

Nas discussões a respeito do mercado para o produto nacional, nos termos dos esquemas de reprodução de Marx, as posições adotadas por Tugan-Baranovski e Rosa Luxemburgo estão nos dois pólos opostos. Tugan-Baranovski nega inteiramente que o problema dos mercados possa constituir um obstáculo ao desenvolvimento do capitalismo, o qual depende assim totalmente do aumento da capacidade produtiva. Rosa Luxemburgo, ao contrário, considera a reprodução ampliada impossível num sistema capitalista fechado, atribuindo todo seu desenvolvimento à possibilidade de vender suas mercadorias em mercados externos, isto é, no setor não capitalista da economia mundial.

É bastante interessante que ambos autores cometam importantes erros em seus argumentos e suas teorias apresentem, no entanto, um retrato correto de alguns aspectos essenciais da economia capitalista. Tugan-Baranovski acertadamente acentua o "caráter antagônico" do regime capitalista, do que resultam os fatos de a produção dos bens de consumo não ser seu objetivo final e a demanda por eles não ser o motivo força de seu desenvolvimento. Do mesmo modo, embora não seja correta a teoria de Rosa Luxemburgo de que o desenvolvimento do capitalismo depende apenas dos "mercados externos", estes constituem, todavia, uma importante parte da dinâmica do capitalismo.

As duas teorias encontram uma espécie de ponto de interseção no capitalismo contemporâneo — especialmente nos Estados Unidos —, onde o papel decisivo é exercido por um mercado criado pelo governo para a produção de armamentos.

II

A teoria de Tugan-Baranovski é, na verdade, muito simples: o autor sustenta que, com o uso de "proporções adequadas" do produto nacional, não surge o problema da demanda efetiva. Esse argumento, ilustrado numericamente por meio dos esquemas de

reprodução de Marx, de fato é equivalente à afirmação de que, a qualquer nível de consumo dos trabalhadores e dos capitalistas, o produto nacional pode ser vendido, desde que o investimento seja suficientemente grande. Essas são as "proporções" entre o consumo e o investimento, que devem ser estabelecidas a fim de a produção total ser comprada. Um desvio dessas proporções leva às crises, no curso das quais o desvio é corrigido. Assim, a idéia fundamental de Tugan se apóia no erro de que o que *pode* acontecer esteja realmente acontecendo, porque ele absolutamente não mostra a razão pela qual os capitalistas, a longo prazo, devem investir no montante necessário para contribuir para a plena utilização do equipamento produtivo.

Tugan acentua o ponto de que sua teoria estará certa mesmo nas mais adversas condições de corte do consumo dos trabalhadores e estabilização do consumo dos capitalistas. Em abstrato, isso obviamente pode ser compensado por um nível suficientemente alto de investimento. O autor não prevê a crítica de que os capitalistas podem não se mostrar propensos a usar a mais-valia para investir tanto. Em vez disso, ele responde a uma crítica diferente, que consideraria absurdo um investimento cujo propósito fosse a produção de bens de investimento em lugar da produção de bens de consumo. Depois de "fixar" a crítica desse modo, Tugan dá uma resposta inteiramente sensata.

O capitalismo não é um regime "harmonioso", cujo propósito seria o de satisfazer as necessidades de seus cidadãos, mas um regime "antagônico" que deve assegurar os lucros para os capitalistas. Daí resulta nada haver de absurdo em basear o desenvolvimento do sistema na expansão de uma produção de "carvão e aço" que serve para ampliar ainda mais a produção dessas mesmas mercadorias. A produção de "carvão e aço" é tão justificada como a de pão, na medida em que seja lucrativa. O consumo é o objetivo final e a prova de um regime "harmonioso", mas não de um regime "antagônico".

É essa parte do argumento de Tugan-Baranovski que considero sua duradoura contribuição à análise do funcionamento do capitalismo em suas várias fases. Vale a pena notar que a teoria de Tugan, a despeito de seu "otimismo", é profundamente anticapitalista: é exatamente o absurdo do capitalismo que torna seu desenvolvimento imune ao problema de encontrar mercados para seus produtos.

III

Voltemos à crítica da teoria de Tugan-Baranovski (que é semelhante à afirmação de Rosa Luxemburgo acerca do objeto dessa teoria). Tugan considera o *possível* uso do produto nacional criado pela plena utilização das forças produtivas como o fato real — pelo menos se não levamos em conta os ciclos econômicos. Surge aqui o seguinte problema: sua abordagem é sem dúvida errada, do que não decorre, porém, ser errada a teoria de Tugan, mas apenas completamente infundada. Talvez, depois de tudo, o problema dos mercados não constitua realmente um obstáculo à reprodução ampliada da economia capitalista. A fim de dar uma resposta completa a essa dúvida é necessário construir uma teoria das decisões de investimento que cubra todos os aspectos da dinâmica da economia capitalista e não apenas os relevantes para o ciclo econômico. Aqui, porém, não desenvolverei tal teoria, que sempre considere como o problema central da economia política do capitalismo. Tentarei mostrar apenas que a reprodução ampliada — mesmo em condições muito mais favoráveis do que as supostas por Tugan-Baranovski — de modo nenhum é óbvia e que ela requer um certo fator de apoio, por exemplo, dependente das inovações técnicas (e, portanto, não necessariamente os “mercados externos” de Rosa Luxemburgo).

Suponhamos o processo de acumulação de capital de, digamos, 4% ao ano, e que, de início, o equipamento de capital e o trabalho estejam plenamente utilizados. Seja de 3% ao ano a depreciação, de modo que o investimento bruto é igual a 7% do capital. Suponhamos também uma participação constante dos lucros brutos (incluindo depreciação) no produto nacional bruto, e proporções constantes na distribuição dos lucros brutos entre a acumulação bruta e o consumo dos capitalistas. Assim, há uma relação constante entre a acumulação bruta e a renda nacional. O processo de acumulação consiste na expansão do equipamento produtivo de 4% ao ano devido ao investimento, e, visto haver uma relação constante (de 7%) entre a acumulação bruta e o capital, a acumulação bruta também se expande de 4% ao ano. Dada a participação constante da acumulação bruta na renda nacional, esta também cresce à taxa de 4% ao ano. Logo, a plena utilização do equipamento é mantida e parece não surgir o problema da demanda efetiva.

Muito bem, mas por que os capitalistas devem continuar a investir ao nível de 7% do capital? Simplesmente porque o processo evoluiu por algum tempo, esse investimento se "justifica" e os capitalistas não prevêem quaisquer dificuldades em vender seus produtos com a reprodução se expandindo a 4% ao ano, e portanto, eles não hesitam em continuar seu jogo.

Consideremos, todavia, o caso em que — por exemplo, como resultado de uma mudança na estrutura social da classe capitalista — os capitalistas se decidem a investir apenas 6% ao ano do capital (sem mudar a participação relativa de seu consumo nos lucros brutos). O problema da demanda efetiva surge imediatamente. A razão entre o investimento e o estoque de capital cai de $1/7$, isto é, cerca de 14%. Aparece assim o problema da superprodução: por causa da relação constante entre os lucros acumulados e os lucros consumidos, estes últimos cairão também de 14% em relação ao capital; devido à redução do emprego nas indústrias de bens de investimento e de bens de consumo para os capitalistas, haverá também uma diminuição da demanda de bens de consumo para os trabalhadores e uma diminuição do emprego nas indústrias produtoras desses bens, até que a renda da classe trabalhadora também caia de 14% em relação ao capital, de modo que a proporção entre lucros e salários será mantida, como havíamos suposto. Essa situação geral da superprodução, por seu turno, afeta adversamente as decisões de investimento dos capitalistas. Agora eles não estão dispostos a investir nem mesmo 6% do capital, assim contribuindo para deteriorar ainda mais a situação.

Sim, pode-se dizer, essa é uma crise típica que será seguida por um período de prosperidade, e essas flutuações ocorrerão em torno do processo de reprodução ampliada descrito inicialmente. Não há, porém, nada para dar substância a esse argumento. Depois da quebra do equilíbrio não restará na economia nenhum traço do aumento anual de 4 ou mesmo 3% que ocorria anteriormente. A economia pode situar-se num estado de reprodução simples em torno da qual se darão as flutuações cíclicas.

IV

Demos um passo adiante: mostramos que mesmo o desenvolvimento do capitalismo que não se depara com o problema da

demanda efetiva — se isso for possível — é instável. Todavia, um processo de equilíbrio instável deixa de existir se não é apoiado por alguma força estabilizadora. Com referência a nosso problema, pode-se dizer que haverá uma reprodução ampliada se existirem fatores que simplesmente não permitem ao sistema de manter-se no estado de reprodução simples (ou estado estacionário): o estado inicial de reprodução simples conduz a um nível de investimento bruto que excede a depreciação.

Um tal fator pode ser, primeiro e acima de tudo, a influência das inovações tecnológicas, da descoberta de novas fontes de matérias-primas, ou de fatos semelhantes, que abre novas perspectivas aos capitalistas. O progresso técnico, nesse caso, aparece não apenas como um elemento de depreciação dos antigos equipamentos, provocando sua reposição por novos equipamentos; ele constitui também um estímulo para investimento superior ao nível resultante do fato de que os capitalistas que investem “hoje” pensam ter uma vantagem sobre os que investiram “ontem” por causa das novas técnicas de que se beneficiaram.

O que dissemos acima não deve ser entendido no sentido de que essa possibilidade de reprodução ampliada — sem “mercados externos” — é equivalente à eliminação da influência de uma demanda efetiva insuficiente. Na verdade, a taxa de reprodução ampliada resultante desse fator acima referido de nenhum modo é necessariamente adequada para assegurar a plena utilização do equipamento ou mesmo para manter constante seu grau de utilização. As inovações apenas em parte quebram o impasse de uma reprodução simples, e não garantem a utilização de recursos no sentido adotado por Tugan-Baranovski.

Das últimas duas seções concluímos que: (a) por causa do problema da demanda efetiva, a reprodução ampliada não é um estado natural e óbvio do sistema capitalista; (b) todavia, tal reprodução não é também necessariamente resultado dos “mercados externos”. Assim, embora essas seções visem antes de tudo a criticar a teoria de Tugan-Baranovski, elas constituem ao mesmo tempo um ponto de partida para a discussão das concepções de Rosa Luxemburgo, das quais trataremos agora.

Rosa Luxemburgo considera a reprodução ampliada a longo prazo sem a existência de "mercados externos" como não apenas nada evidente mas também francamente impossível. Deve-se notar que ela defende sua concepção de modo tão ingênuo como Tugan-Baranovski ao procurar mostrar a irrelevância do problema da demanda efetiva para o desenvolvimento do capitalismo. Ao considerar a tomada de decisões de investimento por parte dos capitalistas, ela de algum modo supõe que essas decisões são tomadas pela classe capitalista como um todo. E essa classe se frustra pelo conhecimento de que não há um mercado final para o excedente de bens correspondente à acumulação; portanto, por que investir?

Os capitalistas fazem muitas coisas como classe, mas certamente eles não investem como classe. Se esse *fosse* o caso, eles poderiam fazê-lo exatamente do modo prescrito por Tugan-Baranovski. Mas, apesar desse erro no argumento de Rosa Luxemburgo, é válido imbuir-se do espírito de ceticismo com respeito ao mercado para o excedente de bens correspondente à acumulação. Mesmo seguindo uma diferente linha de pensamento, também chegamos à conclusão de que a reprodução ampliada de modo nenhum é um fenômeno "natural", e procuramos encontrar a origem da reprodução ampliada — a qual, contudo, absolutamente não significa a permanente plena utilização do equipamento — em certos aspectos do progresso técnico.

Rosa Luxemburgo, como já dissemos, vê a possibilidade de encontrar mercado para o excedente de bens apenas *fora* do sistema capitalista mundial. Ela não quer dizer aqui somente os países subdesenvolvidos, mas também os setores não-capitalistas das economias desenvolvidas, como, por exemplo, a agricultura camponesa. Somente as "exportações" do sistema capitalista constituem assim a fonte do desenvolvimento. Daí sua visão pessimista do futuro do capitalismo: solapando a produção não-capitalista e penetrando gradualmente em todo o mundo, o capitalismo eliminaria ao mesmo tempo a possibilidade de seu posterior desenvolvimento.

Para a superestimativa quantitativa do papel dos "mercados externos", Rosa Luxemburgo contribui com um erro fundamental, que ela comete na análise do impacto desses mercados sobre o

desenvolvimento do capitalismo. Ela considera — pelo menos em sua linha principal de argumentação — que o mercado para o excedente é criado na grandeza das exportações *totais* para o setor não-capitalista e não apenas na grandeza do *saldo* de exportações sobre as importações.

É fácil mostrar que essa abordagem de Rosa Luxemburgo está errada: os bens importados absorvem poder de compra do mesmo modo que os produzidos internamente, e assim, na medida em que as exportações são compensadas pelas importações, as primeiras não contribuem para a expansão dos mercados para o produto nacional. Ou, observando o problema de um ângulo diferente, as importações, como os salários, constituem custos, e a parte dos lucros disponíveis, juntamente com o investimento e o consumo dos capitalistas, é apenas o saldo de exportação. E para que isso seja possível, é necessária a exportação de capital. Somente na medida em que o sistema capitalista empresta ao mundo não-capitalista (ou este vende seus ativos), é possível, ao primeiro, colocar no exterior o excedente de bens não vendidos internamente. Somente desse modo os “mercados externos” podem resolver as contradições do sistema capitalista mundial.

Obviamente os “mercados externos” líquidos também exerceram seu papel no desenvolvimento do capitalismo, mas um papel muito mais modesto do que seria o caso se realmente *todas* as exportações ao mundo não-capitalista tivessem contribuído para a absorção dos excedentes correspondentes à acumulação.

VI

Um dos aspectos mais interessantes da teoria de Rosa Luxemburgo é a inclusão em seus “mercados externos”, juntamente com os outros elementos antes mencionados, do mercado criado pelas compras do governo, em particular as compras de armamentos. Novamente ela comete aqui o erro de tratar com o *total* da despesa do governo — por exemplo, em armamentos —, sem prestar a devida atenção a seu financiamento para absorver o excedente.

Se, entretanto, essa despesa é coberta por tributos incidentes sobre a classe trabalhadora, eles não terão qualquer efeito no sentido de absorver o produto nacional, porque os novos “mercados

de armamentos" serão compensados por igual redução no consumo dos trabalhadores.

Se as compras de armas são financiadas pela emissão de títulos governamentais, então o excedente de bens é vendido pelos capitalistas em troca do dinheiro obtido pelo governo através da venda de suas letras e obrigações aos capitalistas financeiros. Os capitalistas — considerados como um todo — concedem assim ao governo um crédito com o qual este compra o excedente de bens. Também aqui o capital é "exportado" ao "mercado externo" criado pelo governo. Essa operação pode ser realizada através do sistema bancário: o governo vende títulos aos bancos e com as quantias obtidas compra os armamentos; por seu turno, no sistema bancário há igual aumento no volume de depósitos, representando a acumulação correspondente à produção de armamentos. Como resultado, os capitalistas garantem créditos ao governo por meio do sistema bancário.

Finalmente, mesmo quando o gasto do governo em armamentos é coberto pelo imposto sobre os lucros, ele também constitui um modo de absorver a acumulação, mas diferentemente do caso em que o financiamento desse gasto é feito com créditos internos. Imaginemos que os lucros acumulados pelos capitalistas como um todo, resultantes das vendas de armamentos, são tomados pelo governo através da tributação, em vez de através da troca por títulos governamentais. Os lucros não aumentam então como resultado das novas vendas de armas, mas o excedente é absorvido por meio da expropriação pelo governo. A diferença do caso considerado anteriormente consiste no fato de que enquanto aí os capitalistas concediam créditos ao governo, no caso agora tratado eles pagam impostos.

Rosa Luxemburgo, portanto, acertadamente viu nas compras de armamentos um "mercado externo" que pode absorver uma parte da acumulação, mas ela deveria ter excluído desse tipo de "mercado externo" o caso em que os armamentos são financiados por impostos incidentes sobre os trabalhadores.

Deve-se acrescentar ainda que Rosa Luxemburgo não trata os "mercados externos" criados pelo governo como um problema de grande importância. Assim, embora prevendo a crise geral do capitalismo causada pela exaustão dos mercados não-capitalistas, ela não prevê a possibilidade de contrapor-se a essa crise por meio do "mercado externo" das compras governamentais.

Constata-se assim o que foi dito no início deste trabalho: que as teorias, tanto de Tugan-Baranovski como de Rosa Luxemburgo, em certo sentido encontram sua confirmação no capitalismo contemporâneo, particularmente no americano. Embora cometendo graves erros em seus argumentos, esses autores mostram uma aguda perspicácia na avaliação de certos elementos básicos da última etapa do capitalismo.

Os "mercados externos", no sentido amplo de Rosa Luxemburgo, na forma de gastos em armamentos e despesas supérfluas — na medida em que são financiados por empréstimos e tributos dos capitalistas —, exercem hoje um papel central no funcionamento do capitalismo moderno. É verdade que Rosa Luxemburgo não previu a enorme importância desse tipo de "mercado externo" na absorção da acumulação. Mas, de um modo ou de outro, ela sustentou que o capitalismo é salvo pelos "mercados externos". Em seu tempo, isso sem dúvida era exagerado, mas atualmente é certo.

Quanto a Tugan-Baranovski, o capitalismo contemporâneo realmente pôs em foco sua concepção do caráter paradoxal e absurdo dos "sistemas antagônicos", cujo principal objetivo não é o de prover as necessidades humanas. Em sua visão do futuro capitalismo, as máquinas devem produzir máquinas para a produção de máquinas. Todavia, tornar o alto nível de emprego e de consumo dos trabalhadores dependente da produção dos meios de destruição é ainda mais absurdo.

Ambos os autores, apesar dos escorregões em seus argumentos, contribuíram para nossa compreensão do estranho e perverso mundo em que estamos vivendo.